

DE FATO E DE DIREITO: O QUE ESTAMOS PESQUISANDO



Neste espaço o leitor encontra reunidas as ementas dos trabalhos aprovados para publicação, compilados e revisados pelos titulares da coluna.

Por:

Araceli Farias de Oliveira

Maurício Daniel Moncons Zanotelli

Solange Büchele de S.Thiago

Vilson Leonel

Virginia Lopes Rosa

RACISMO E A ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS NO BRASIL: UM ESTUDO DO FENÔMENO DA FILTRAGEM RACIAL

ACADÊMICA: Beatriz Bampi Tavares

ORIENTADORA: Danielle Maria Espezim Dos Santos

EXAMINADORA: Susana Pretto

EXAMINADORA: Luciana Faísca Nahas

E-MAIL: bia98tavares@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo identificar as condicionantes que resultam na violação dos direitos fundamentais da população preta pela filtragem racial no procedimento da abordagem policial. Para isso, o método procedimento utilizado possui caráter monográfico, busca investigar as condições de posturas atribuídas à polícia, e se dá através da observação de comportamentos pelo contexto histórico e por meio de casos reais. A técnica de pesquisa deste projeto segue orientação bibliográfica e documental, com referências ligadas tanto à legislação quanto às causas determinantes e históricas, adotando também o levantamento de estatísticas oficiais e ilustrando com casos. De início, conceitua-se a expressão raça, e relaciona-se tal expressão com o histórico escravocrata do Brasil, objetivando entender as motivações que resultaram na marginalização da população preta e na chegada dessa população às favelas e periferias. Nesse viés, o estudo segue com a exposição das garantias legais de oposição ao racismo no Brasil, decorrentes da herança escravocrata. Em seguida, são conceituados os termos de controle social e sistema de justiça penal, com a separação dos órgãos e instituições desse sistema, seguindo para a análise dos critérios de seletividade com a abordagem sob a ótica da teoria do labelling approach. Tal análise é imprescindível para enfim, entender o fenômeno da filtragem racial na atuação das polícias, com resultados através da apresentação de estatísticas e casos reais com a investigação da resposta do sistema de justiça penal à filtragem racial na abordagem policial. Compreendidas as situações encontradas e a teoria adotada, conclui-se que a filtragem racial ainda é fortemente presente diante de critérios enraizados desde a colonização do Brasil, mais ainda pelas noções do labelling approach, e a resposta do sistema de justiça penal para essa seletividade ainda é insuficiente, já que não impede ou soluciona os casos de violência com visível efetividade.

Palavras-chave: Filtragem racial. Sistema de justiça penal. Labelling approach. Polícia.

A IMPORTÂNCIA DAS PROVAS DOCUMENTAL E TESTEMUNHAL NAS AÇÕES DE ALIMENTOS AJUIZADAS EM PROL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ACADÊMICA: *Beatriz da Cunha Porto*

ORIENTADORA: *Gisele Rodrigues Martins Goedert*

EXAMINADORA: *Andréia Catine Cosme*

EXAMINADORA: *Dagliê Colaço*

E-MAIL: *portobea@hotmail.com*

Resumo: O presente estudo possui como finalidade demonstrar, principalmente, através da Constituição Federativa do Brasil, da Lei de Alimentos e do Estatuto da Criança e do Adolescente que o direito dos menores incapazes em receber alimentos está resguardado pela legislação brasileira, bem como é considerado um direito fundamental. Além disso, por meio da apresentação da ação de alimentos e da definição das partes processuais quais sejam: representante legal, alimentando, alimentante e Ministério Público, fica solidificada a importância da ação de alimentos e os seus principais requisitos, sendo estes indispensáveis para a fixação da verba alimentar. Ademais, considerando que as provas essenciais para a demonstração da necessidade do alimentando e da possibilidade do alimentante estão compreendidas nas provas documental e testemunhal, por intermédio da conceituação destas, será possível chegar ao objetivo principal do presente estudo, que está atingido na comprovação da importância das mencionadas provas para a ação de alimentos em favor da criança e do adolescente. Por fim, para realização da presente pesquisa foram utilizados alguns métodos de estudo para contribuir com a apresentação do tema, sendo eles: o método de abordagem aplicado em relação ao pensamento, conhecido como método dedutivo e quanto sua natureza é denominada como qualitativa. Já em relação ao método de procedimento operado, utiliza-se do método monográfico. A técnica de pesquisa denomina-se bibliográfica, sendo a atividade fundamental nessa modalidade de pesquisa a investigação em material teórico sobre o assunto de interesse.

Palavras-chave: Criança e Adolescente. Ação de Alimentos. Provas Documental e Testemunhal.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA NA ATIVIDADE JURISDICIONAL COMO FORMA DE REALIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À CELERIDADE PROCESSUAL

ACADÊMICO: *Fabio Cesar Melchior*

ORIENTADORA: *Wânio Wiggers*

EXAMINADORA: *Danielle Maria Espezim Dos Santos*

EXAMINADORA: *Hercílio Emerich Lentz*

E-MAIL: *fabiomelk@gmail.com*

Resumo: A crise enfrentada pelo Poder Judiciário, materializada no grande congestionamento processual e no elevado montante de recursos destinados ao custeio da jurisdição, extrapola a duração razoável do processo. Tal situação implica em ofensa ao princípio da celeridade processual, capaz de prejudicar toda a prestação jurisdicional bem como acesso à justiça, que resulta em descrédito na sua capacidade de promover a pacificação social. Neste contexto, apresenta-se a Inteligência Artificial como ferramenta capaz de otimizar a produtividade dos magistrados para enfrentar a enorme demanda. Assim, aborda-se técnicas de IA passíveis de minimizar o problema da ausência de celeridade processual, bem como define-se o conceito e seu histórico. Posteriormente, trata-se dos Direitos Fundamentais, com ênfase na celeridade processual. Por fim, visto que a utilização de sistemas inteligentes no processo pode implicar em ofensa ao exercício dos Direitos Fundamentais, verifica-se quais os riscos envolvidos, formas de mitigá-los e sistemas de Inteligência Artificial construídos que aferiram resultados positivos no ordenamento jurídico nacional.

Palavras-chave: Celeridade Processual. Inteligência Artificial. Crise do Poder Judiciário.

REVISÃO E RESOLUÇÃO CONTRATUAL EM TEMPOS PANDÊMICOS: UMA ANÁLISE DOUTRINÁRIA ACERCA DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

ACADÊMICA: Franciele Luane Fischer Da Veiga

ORIENTADORA: Patrícia Russi De Luca

EXAMINADORA: Patrícia Fontanella

EXAMINADORA: Julian De Freitas Salvan

E-MAIL: franciele.luane@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como escopo apresentar, segundo a doutrina, as possibilidades de resolução e revisão dos contratos privados de prestação de serviços educacionais, diante da pandemia criada pelo vírus da Covid-19. Para isso, o método de abordagem utilizado é dedutivo e o procedimento é do tipo monográfico. Quanto à natureza, adota-se uma abordagem qualitativa, utilizando-se a técnica de pesquisa bibliográfica com material teórico sobre o assunto: livros, artigos científicos, legislação e decisões judiciais. Ao desenvolver o tema, inicia-se por aspectos destacados do Direito Contratual brasileiro, passando-se pelo conceito do termo contrato e seus princípios fundamentais, as diferenças e semelhanças entre o contrato civil e o contrato de consumo e as possibilidades de revisão e resolução contratual previstas no ordenamento jurídico. Num segundo momento, explora-se o direito à educação na Constituição Federal, explana-se a possibilidade de tal direito ser prestado por particulares e detalha-se a aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos privados educacionais. Por último, promove-se um estudo sobre revisão e resolução dos contratos de prestação de serviços educacionais em virtude da pandemia da Covid-19, examinando-se a pandemia criada pelo vírus da Covid-19, as medidas tomadas, os impactos causados sobre a prestação de serviços educacionais e as possibilidades de revisão e resolução contratual aplicáveis aos contratos privados de ensino. Conclui-se, em suma, que a resolução contratual (em alguns casos) e a revisão contratual (na grande maioria das demandas) são plenamente cabíveis, seja pela utilização da teoria da quebra da base objetiva do negócio jurídico (adotada pelo CDC) ou pela teoria da imprevisão/onerosidade excessiva (incrustada no atual CC).

Palavras-chave: Pandemia. Contratos privados educacionais. Resolução contratual por onerosidade excessiva. Teoria da base objetiva do negócio jurídico.

RELAÇÕES ENTRE O DIREITO À (RE)EDUCAÇÃO E O PERFIL DO BRASILEIRO PRIVADO DE LIBERDADE: OS IMPACTOS DA ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL AO PRESO EM SANTA CATARINA

ACADÊMICO: *Guilherme Pereira Tonini*

ORIENTADORA: *Fátima Hassan Caldeira*

EXAMINADORA: *Nádila da Silva Hassan*

EXAMINADORA: *Rejane da Silva Johansson*

E-MAIL: *guilherme.tonini@outlook.com*

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar os reflexos da relação entre educação e criminalidade no Brasil, a partir da investigação de como se deu a evolução do direito fundamental à educação nas Constituições e nas normas infraconstitucionais, da realidade atual do sistema penitenciário nacional, bem como do perfil predominante do brasileiro privado de liberdade em relação ao gênero, às incidências por tipo penal, à etnia/cor, à faixa etária e à escolaridade, contrapondo-se essas informações à Teoria Econômica do Crime e formulando-se uma proposta de aferição dessa relação em uma sociedade. Para atingir o objetivo foi utilizado o método de abordagem dedutivo, pois a pesquisa partiu de noções gerais sobre o direito à educação e sobre a população carcerária brasileira para, em seguida, lançar uma proposta de aferição da relação entre escolaridade e criminalidade. Quanto ao nível, a presente pesquisa se classifica como exploratória, tendo em vista que, após a delineação do problema formulado, buscou-se esclarecê-lo por meio de técnicas qualitativas, ainda que subsidiariamente tenham sido utilizados métodos quantitativos. Já em relação à coleta de dados, a pesquisa classifica-se como bibliográfica e documental. A partir da pesquisa constatou-se que a não efetivação do direito fundamental à educação a todos os brasileiros deságua nos estabelecimentos prisionais, os quais sofrem com a precarização e a superlotação, com potencial reflexo nos aspectos socioeconômicos do país. Destarte, conclui-se que se faz necessária uma visão holística dos instrumentos de política pública, como o salário mínimo nacional, viabilizadores do direito fundamental à educação, consagrado na Carta da Primavera e reafirmado nas normas infraconstitucionais, servindo os avanços na escolarização da população brasileira à diminuição da criminalidade, sobretudo de crimes contra a vida e contra a integridade física, bem como das taxas de reincidência criminal, demonstrando ser pressuposto para uma política de segurança pública eficiente.

Palavras-chave: Educação. Crime. Pessoa privada de liberdade. Reincidência criminal.

A MODALIDADE CULPOSA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA APÓS A REFORMA DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

ACADÊMICO: João Carlos Dos Santos

ORIENTADOR: Henrique Barros Souto Maior Baião

EXAMINADORA: Everson Becker Silva

EXAMINADORA: Andre Opilhar

E-MAIL: jonjondf@gmail.com

Resumo: O presente trabalho aborda os efeitos sobre a interpretação da modalidade culposa do artigo 10 da Lei de Improbidade Administrativa - LIA (Lei nº 8.429/92), após a entrada em vigor da Lei nº 13.655/18, que inseriu diversos artigos na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/42), mais precisamente o artigo 28, que trata da responsabilização dos agentes públicos por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro. Caracteriza-se por ser uma pesquisa do tipo exploratória, sendo o método de pesquisa classificado como qualitativo com abordagem dedutiva. Inicia desenvolvendo conceitos atinentes à Administração Pública em geral, suas definições e princípios relacionados ao tema. A seguir, explora dimensões jurídicas do conceito de culpa (culpa lato e stricto sensu, imprudência, negligência e imperícia), e a teoria da tripartição da culpa (culpa leve, grave e gravíssima), também adentrando na questão do erro grosseiro. Na sequência, faz uma análise sobre aspectos importantes do arcabouço normativo sobre o qual o trabalho se delinea: Lei nº 8.429/92 (contexto histórico, estrutura, natureza jurídica, bem jurídico tutelado, sujeitos ativos e passivos, prescrição e o artigo 10 que prevê sua modalidade culposa); Lei nº 13.655/18 e finalmente a LINDB (noções gerais e seu artigo 28). Após, traz a questão de uma possível antinomia entre o art. 28 da LINDB e o art. 10 da LIA e o impacto na hermenêutica da modalidade culposa da LIA, incluindo a posição do STF. Conclui-se identificando três posicionamentos sobre o objeto do trabalho: pela prevalência do artigo 28 da LINDB, pela prevalência do artigo 10 da LIA e o último pela aplicação do artigo 28 da LINDB apenas à dimensão sancionatória do artigo 10 da LIA. Encerra com o posicionamento do autor.

Palavras-chave: Improbidade Administrativa. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Culpa. Antinomia.

ADOÇÃO INTERNACIONAL: PRINCIPAIS ASPECTOS E DESAFIOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

ACADÊMICA: *Júlia Darabas*

ORIENTADORA: *Gisele Rodrigues Martins Goedert*

EXAMINADORA: *Luciana Faísca Nahas*

EXAMINADORA: *Dagliê Colaço*

E-MAIL: *juliadarabas@hotmail.com*

Resumo: O objetivo deste trabalho é abordar sobre o instituto da adoção, com enfoque especial na adoção internacional no ordenamento jurídico brasileiro e suas particularidades, analisando a legislação brasileira e as convenções internacionais, com a ajuda de doutrinas e revistas jurídicas relevantes à temática em discussão. Nesse sentido, tem-se como método de abordagem o dedutivo, em conjunto com a técnica de pesquisa bibliográfica e documental, por ser o meio mais adequado a ser utilizado nesta pesquisa jurídica. Destaca-se que a adoção, tanto nacional, quanto internacional, nasce a partir de uma busca incansável dos envolvidos, pela construção de uma família. Dessa maneira, o enredo central de desenvolvimento do estudo foi a exposição dos dispositivos legais referentes ao tema, a demonstração dos procedimentos e requisitos necessários para a realização da adoção internacional, bem como os reais motivos por trás da queda significativa dos casos da modalidade no Brasil, e por fim, a adoção de crianças estrangeiras por brasileiros. Assim, conclui-se através do presente trabalho, a constante evolução do instituto durante os anos, que atualmente possui como principal finalidade, garantir a segurança e proteção da criança e do adolescente, possibilitando oportunidades positivas de crescimento por meio de suas famílias adotivas.

Palavras-chave: Adoção. Adoção Internacional. Criança. Adolescente. Família.

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MÉDICOS: UM ESTUDO QUANTO À POSSIBILIDADE DE SUA APLICAÇÃO NO USO OFF LABEL DE MEDICAMENTOS EM QUADROS LEVES DE DOENÇAS

ACADÊMICA: *Julia De Oliveira Salim Jose*

ORIENTADORA: *Fátima Kamel Abed Deif Allah Mustafa*

EXAMINADORA: *Diogo Nicolau Pitsica*

EXAMINADORA: *Patrícia Santos*

E-MAIL: *juliasalim1998@gmail.com*

Resumo: Nesta pesquisa, procura-se estudar a viabilidade da responsabilidade civil em casos de prescrições off label (fora da bula) em cenários com sintomatologia mais branda de doenças. Para tanto, optou-se pela pesquisa exploratória, buscando um entendimento mais completo acerca do tema e sua delimitação, e pelo método dedutivo, com o intuito de analisar os pressupostos relativos à prescrição médica e à responsabilidade civil para, em seguida, verificar a viabilidade de reparação dos danos eventualmente causados pela prescrição off label para a sintomatologia branda. Foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, por meio de doutrina conceituada e artigos científicos; bem como documental, representada pela jurisprudência ilustrativa da aplicabilidade do assunto em comento e resoluções administrativas a respeito do tema; ambas fundamentadas no método monográfico, por meio de estudo aprofundado e rigoroso do tema. Dessa forma, foram apresentados os conceitos relativos à prescrição e a sua espécie fora da bula, incluindo também normativas a respeito do tema, ao erro médico, à sintomatologia leve, à indenização por perda de uma chance de cura/sobrevida e aos danos morais, patrimoniais e existenciais, bem como a tópicos afeitos à responsabilidade civil, como ato ilícito, conduta, nexo causal, dano, culpa e excludentes de responsabilidade. Assim, chegou-se à conclusão de que a responsabilização civil por danos causados pela prescrição off label em quadros brandos de doenças é possível quando o dano for decorrente de uso experimental de medicamentos, o qual envolve a necessidade de autorização da Anvisa, o que não acontece no uso fora da bula; quando não houver embasamento científico suficiente para sua utilização; quando não houver certeza do diagnóstico ou ele não for confirmado; e/ou quando não for o paciente devidamente informado a respeito das alternativas e da caracterização de uso off label, incluindo o motivo da escolha e dos estudos clínicos serem considerados confiáveis.

Palavras-chave: Prescrição off label. Responsabilidade civil dos médicos. Danos patrimoniais e extra-patrimoniais. Perda da chance de sobrevida/cura ou de tratamento mais eficaz. Dano existencial.

TRÁFICO HUMANO PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E OS REQUISITOS CARACTERIZADORES DO CRIME HEDIONDO

ACADÊMICA: Larissa Fonseca Maia Dos Santos

ORIENTADOR: Aldo Nunes Da Silva Junior

EXAMINADORA: Eliana Becker

EXAMINADORA: Hercilio Emerich Lentz

E-MAIL: laarif.maia@gmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta a conduta caracterizadora e os elementos jurídicos dos Crimes Hediondos respaldados na Lei nº 8.072/90, em consonância com o tráfico de pessoa para fins de exploração sexual, fulcrado no art. 149-A inciso V, do Código Penal. O método de pesquisa usado é o exploratório, pois busca tornar o tema mais explícito no meio acadêmico, proporcionando um debate maior e futuras pesquisas, tendo em vista que a problemática ainda é pouco explorada. Os procedimentos técnicos são bibliográficos e documentais, baseados em doutrinas, artigos, legislações, jurisprudências, projetos de lei, decretos, protocolos e convenções. Quanto ao método de abordagem, é dedutivo. O postulado de desenvolvimento da presente pesquisa se volta à apreciação dos materiais caracterizadores do Crime Hediondo, em conjunto à possibilidade de inserção do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, após processo legislativo no rol da Lei Infraconstitucional, embasado na presença ou não de materialidade hedionda no delito supracitado. Mesmo se tratando do terceiro crime que mais gera lucros às organizações criminosas, pouco se sabe ao seu respeito. É imperativo a assistência às vítimas do tráfico humano para fins de exploração sexual que tem seus bens jurídicos violados, bem como uma efetiva e rigorosa sanção estatal ao delito. O desempenho do Estado é indispensável ao tema, uma adequação legislativa sozinha não resolve por si só toda a problemática litigiosa, todavia, associada a um trabalho de viabilização, conscientização e prevenção do crime, reduzirá significativamente as crescentes vítimas do tráfico humano para fins de exploração sexual.

Palavras-chave: Crimes Hediondos. Tráfico Humano para fins de Exploração Sexual. Requisito Material.